

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **1003198-23.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Alienação Judicial de Bens - Propriedade**
 Requerente: **RENATO VANELLA**
 Requerido: **INEZ GOLINELLI**

RENATO VANELLA ajuizou ação contra INEZ GOLINELLI pedindo a extinção do condomínio inerente ao imóvel situado na Rua Marechal Deodoro nº 1.467, nesta cidade, haja vista a impossibilidade de divisão cômoda do bem.

Citada, a ré não se opôs à extinção do condomínio, aludindo que as condições do mercado imobiliário é que dificultam a venda.

pleiteando apenas o recebimento de prestação pecuniária decorrente do uso exclusivo do imóvel pela autora. Pugnou pela extinção do processo.

Houve réplica.

A tentativa de conciliação restou infrutífera.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Injustificável a arguição de carência de ação, a propósito de possível falta de interesse de agir do promovente (fls. 38), óbvio que ele tem, sim, interesse no desfazimento da comunhão sobre o imóvel, para recolher a parcela que lhe cabe.

O imóvel pertence a ambos, em comunhão, e não foi possível a extinção desse vínculo amigavelmente, não havendo outra solução, que não a alienação judicial.

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE SÃO CARLOS

Rua Sorbone, 375, B. Centreville, São Carlos-SP CEP 13560-760

Tel. (016) 3368-3260 – email saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Não houve impugnação à estimativa de valor do imóvel, consignada na petição inicial.

Diante do exposto, acolho o pedido e determino a alienação judicial do imóvel, para extinção do condomínio.

Transitada esta em julgado, prosseguir-se-á com a alienação por intermédio de corretor credenciado.

A alienação será diligenciada pelo preço mínimo da avaliação, informado na petição inicial, com atualização monetária.

Do preço apurado, caberá a cada qual dos condôminos a respectiva quota ideal, lícito exercerem o direito de preferência.

Vencida na causa, condena a ré ao pagamento das custas e despesas processuais, além dos honorários advocatícios do patrono do autor fixados por equidade em R\$ 2.000,00. A execução dessas verbas, porém, fica suspensa, nos termos do artigo 98, § 3º, do Código de Processo Civil.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 12 de julho de 2016.



Carlos Castilho Aguiar França
Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA